



MPV 765
00310

EMENDA Nº

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA

___/___/2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 765, DE 2016

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [X] ADITIVA

AUTOR DEPUTADO (A). MARIA HELENA	PART. PSB	UF RR	PÁG.								
<p>Acresça à Medida Provisória nº 765, de 29 de dezembro de 2016, o artigo 51 e o Anexo XXII, com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 51 A Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>Art. 9º</p> <p>§ 4º Os servidores dos ex-Territórios, de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, já incorporados aos quadros da União e lotados na Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, no desempenho de atribuições de planejamento e orçamento, a ser comprovada na forma do regulamento, fazem jus à remuneração prevista no Anexo I, alínea “a” e “c” da Lei nº 13.327, de 2016, que alterou o Anexo IV alíneas “a” e “b”, da Lei nº 11.890, de 2008, com a redação dada pelo Anexo XXII da Medida Provisória nº 765, de 2016.</p> <p style="text-align: center;">ANEXO XXII</p> <p style="text-align: center;">(Anexo I da Lei nº 13.327 de 29.07.de 2016 que alterou o Anexo IV da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)</p> <p style="text-align: center;">TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL</p> <p>a) Valor do subsídio dos Cargos de Nível Superior das Carreiras de Gestão Governamental</p> <table border="1"><thead><tr><th>CARGO S</th><th>CLASSE</th><th>PADR ãO</th><th>VALOR DO SUBSÍDIO</th></tr></thead><tbody><tr><td></td><td></td><td></td><td>EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE</td></tr></tbody></table>				CARGO S	CLASSE	PADR ãO	VALOR DO SUBSÍDIO				EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
CARGO S	CLASSE	PADR ãO	VALOR DO SUBSÍDIO								
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE								

CD/17473.50919-07

			1º de janeiro de 2015	1º de agosto de 2016	1º de janeiro de 2017	1º de janeiro de 2018	1º de janeiro de 2019
Analista de Planejamento e Orçamento	ESPECIAL	IV	21.391,10	22.567,61	24.142,66	25.745,61	27.369,67
		III	20.796,81	21.940,63	23.471,92	25.030,34	26.609,28
		II	20.429,09	21.552,69	23.056,90	24.587,76	26.138,79
		I	20.067,86	21.171,59	22.649,21	24.153,00	25.676,60
	C	III	19.296,02	20.357,30	21.778,09	23.224,04	24.689,04
		II	18.917,67	19.958,14	21.351,07	22.768,67	24.204,95
		I	18.546,73	19.566,80	20.932,41	22.322,22	23.730,33
	B	III	18.183,07	19.183,14	20.521,98	21.884,53	23.265,03
		II	17.483,72	18.445,32	19.732,67	21.042,82	22.370,22
		I	17.140,90	18.083,65	19.345,75	20.630,21	21.931,59
	A	III	16.804,81	17.729,07	18.966,43	20.225,70	21.501,56
		II	16.475,30	17.381,44	18.594,53	19.829,12	21.079,96
		I	15.003,70	15.828,90	16.933,64	18.057,95	19.197,06

c) Valor do subsídio do Cargo de Nível Intermediário da Carreira de Planejamento e Orçamento

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO				
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
			1º de janeiro de 2015	1º de agosto de 2016	1º de janeiro de 2017	1º de janeiro de 2018	1º de janeiro de 2019
Técnico de Planejamento e Orçamento	ESPECIAL	IV	9.780,92	10.318,87	11.039,05	11.771,99	12.514,58
		III	9.331,00	9.844,21	10.531,26	11.230,48	11.938,91
		II	9.050,43	9.548,20	10.214,60	10.892,79	11.579,92
		I	8.778,31	9.261,12	9.907,47	10.565,28	11.231,75
	C	III	8.242,54	8.695,88	9.302,79	9.920,44	10.546,24

		II	7.994,70	8.434,41	9.023,07	9.622,15	10.229,13
		I	7.754,32	8.180,81	8.751,77	9.332,84	9.921,56
	B	III	7.062,13	7.450,55	7.970,54	8.499,74	9.035,92
		II	6.849,79	7.226,53	7.730,89	8.244,18	8.764,23
		I	6.643,82	7.009,23	7.498,42	7.996,28	8.500,69
	A	III	6.050,76	6.383,55	6.829,08	7.282,49	7.741,88
		II	5.868,83	6.191,62	6.623,74	7.063,53	7.509,10
		I	5.692,36	6.005,44	6.424,57	6.851,13	7.283,31

JUSTIFICAÇÃO

Os servidores dos ex-Territórios lotados nas Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, tecnicamente exerceram e exercem as mesmas atividades de planejamento e orçamento desenvolvidas no âmbito dos órgãos e autarquias do governo federal.

Nesse sentido, os servidores integravam o plano de classificação de cargos instituído pela Lei nº 5.645/1970. Com o advento das reformas administrativas introduzida no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, foi criada a Carreira de Planejamento e Orçamento pelo Decreto-Lei nº 2.347/87, composta pelos cargos de Analista de Orçamento de nível superior e de Técnico de Orçamento de nível médio, na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

A Lei nº 11.890, de 2008, instituiu as denominadas carreiras integrantes do Ciclo de Gestão Governamental, com a inclusão, no artigo 10, inciso II, da Carreira de Planejamento e Orçamento, na qual se encontram os cargos de provimento efetivo de Analista de Planejamento e

Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento, com alteração trazida pelo art. 1º, da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016. Todavia, não contemplou os servidores lotados nas Secretarias de Estado de Planejamento e Orçamento daqueles ex-Territórios.

Não obstante, a Emenda Constitucional nº 79, 2014, ter assegurado direitos, vantagens e padrões remuneratórios aos servidores das Secretarias de Estado de Planejamento e de Orçamento dos ex-Territórios por desempenharem as funções/atribuições de planejamento e orçamento da União, eles ainda não tiveram seus direitos remuneratórios reconhecidos.

Desta feita, a alteração ora proposta à Medida Provisória visa corrigir as distorções acima delineadas com a finalidade de resgatar o tratamento justo aos servidores dos extintos territórios.



CD/17473.50919-07

____/____/____
DATA

ASSINATURA